

1. Dados e Estatísticas Gerais das Proposições (Até 12/05/2026)

Durante o período de 100 dias, o esforço concentrado e de consenso na Câmara dos Deputados resultou na tramitação e aprovação de **73 proposições totais** e na **sanção de 13 leis ordinárias** pelo Poder Executivo:

- **Projetos de Lei (PL):** 27 aprovados no total.
- **Projetos de Lei Prioritários na CCJC:** 11 aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- **Requerimentos de Urgência:** 33 aprovados.
- **Proposta de Emenda à Constituição (PEC):** 1 aprovada.
- **Requerimento de Moção:** 1 aprovado.

2. Leis Ordinárias Sancionadas (Anexo II)

O relatório detalha as **13 leis sancionadas** vinculadas aos direitos e à proteção das mulheres:

1. **Lei nº 15.334 (08/01/2026):** Institui o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Femicídio.
2. **Lei nº 15.336 (08/01/2026):** Determina a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.
3. **Lei nº 15.353 (08/03/2026):** Altera o Código Penal para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade em estupro de vulnerável, aplicando penas independentemente de gravidez ou experiência sexual prévia da vítima.
4. **Lei nº 15.369 (31/03/2026):** Altera a LDB para definir a extensão da oferta de educação infantil (creches e pré-escolas) pelos Municípios nas zonas urbanas e rurais.
5. **Lei nº 15.371 (31/03/2026):** Dispõe sobre a licença-paternidade e institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social, alterando a CLT e leis orgânicas correlatas.
6. **Lei nº 15.377 (02/04/2026):** Obriga as empresas a disponibilizarem informações aos empregados sobre campanhas de vacinação, HPV e cânceres de mama, colo do útero e próstata.
7. **Lei nº 15.380 (06/04/2026):** Altera a Lei Maria da Penha para estabelecer que a audiência de retratação só ocorra caso haja manifestação expressa da vítima antes do recebimento da denúncia.
8. **Lei nº 15.381 (08/04/2026):** Regulamenta o exercício da profissão de doula.
9. **Lei nº 15.382 (09/04/2026):** Cria o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres e Meninas Indígenas.
10. **Lei nº 15.383 (09/04/2026):** Define a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e prioritária, aumenta a pena por descumprimento de medida protetiva e prevê diretrizes orçamentárias e campanhas sobre o tema.
11. **Lei nº 15.384 (09/04/2026):** Tipifica e insere a *violência vicária* na Lei Maria da Penha, criando o crime de homicídio vicário e incluindo-o no rol de crimes hediondos (quando o crime é cometido contra filhos/dependentes para vingança ou controle da mulher).
12. **Lei nº 15.385 (10/04/2026):** Atualiza a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no SUS para regulação sanitária e desenvolvimento de novas tecnologias.

13. **Lei nº 15.398 (30/04/2026)**: Institui o abrangente e prioritário **Programa Antes que Aconteça**, voltado para ações preventivas integradas contra a violência de gênero.

3. Proposições e Projetos de Lei Aprovados na Câmara (Anexo III)

Os projetos abaixo foram aprovados no Plenário da Câmara dos Deputados e, em sua maioria, foram enviados para revisão no Senado Federal ou seguiram para sanção:

- **PL 6140/2025 (Dep. Talíria Petrone)**: Torna obrigatória a divulgação do "Ligue 180" em qualquer notícia veiculada sobre violência contra a mulher. (Aprovado em 26/02/2026 - No Senado) .
- **PL 2525/2024 (Dep. Coronel Fernanda)**: Institui protocolo penal para estupro, fixando prazos rígidos para exame de corpo de delito, coquetéis profiláticos e audiência de custódia. (Aprovado em 04/04/2026 - No Senado) .
- **PL 2942/2024 (Dep. Marcos Tavares e Fernanda Melchionna)**: Aplicação de monitoramento eletrônico para agressores domésticos. (Sancionado) .
- **PL 481/2025 (Dep. Jack Rocha)**: Campanhas educativas permanentes sobre Violência Doméstica. (Aprovado em 10/03/2026 - No Senado) .
- **PL 9600/2018 (Dep. Laura Carneiro e Carmen Zanotto)**: Proteção à imagem de vítimas de crimes ou acidentes. (Aprovado em 10/03/2026 - No Senado) .
- **PL 4638/2023 (Dep. Rogéria Santos)**: Institui o Dia Nacional das Mulheres na Construção Civil (25 de março). (Aprovado em 10/03/2026 - No Senado) .
- **PL 705/2025 (Dep. Cris Tonietto)**: Placas informativas em maternidades sobre amamentação exclusiva e doação de leite. (Aprovado em 10/03/2026 - No Senado) .
- **PL 3662/2025 (Dep. Nely Aquino)**: Cria tipo penal específico e agrava a pena para lesão corporal contra a mulher por razões de gênero. (Aprovado em 10/03/2026 - No Senado) .
- **PL 727/2026 (Dep. Gorete Pereira)**: Permite a comercialização e o porte de spray aerossol de extratos vegetais para defesa pessoal de mulheres. (Aprovado em 11/03/2026 - No Senado) .
- **PL 3946/2021 (Senado)**: Exercício da profissão de doula. (Sancionado) .
- **PL 3640/2025 (Dep. Célia Xakriabá)**: Mapeamento e divulgação de dados sobre os impactos da crise climática na vida de mulheres. (Aprovado em 11/03/2026 - No Senado) .
- **PL 6415/2025 (Dep. Soraya Santos)**: Institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade (PNAJOV). (Aprovado em 11/03/2026 - No Senado) .
- **PL 6222/2025 (Dep. Ana Paula Lima e outros)**: Institui a Mobilização Nacional dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres (20 de novembro a 10 de dezembro). (Aprovado em 11/03/2026 - No Senado) .
- **PL 6674/2025 (Senado - Daniella Ribeiro)**: Institui o Programa "Antes que Aconteça". (Sancionado) .
- **PL 3880/2024 (Dep. Laura Carneiro e outros)**: Inclusão da violência vicária nas definições da Lei Maria da Penha. (Sancionado) .
- **PL 2950/2015 (Dep. Davidson Magalhães)**: Inclui o bolsista como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social. (Aprovado em 18/03/2026 - No Senado) .
- **PL 126/2025 (Senado)**: Atualiza princípios e diretrizes sanitárias para novas tecnologias contra o câncer no SUS. (Sancionado) .

- **PL 2805/2025 (Dep. Coronel Fernanda):** Institui o Dia Nacional da Mulher Rural. (Aprovado em 24/03/2026 - No Senado) .
- **PL 1404/2025 (Dep. José Guimarães):** Permite a quebra de sigilo bancário e fiscal em ações de alimentos quando houver indício de ocultação de bens pelo alimentante. (Aprovado em 25/03/2026 - No Senado) .
- **PL Complementar 77/2026 (Senado - Randolfe Rodrigues):** Regras sobre benefícios tributários e despesas obrigatórias para 2026. (Aprovado em 25/03/2026 - À Sanção).
- **PL 2083/2022 (Senado - Soraya Thronicke):** Altera a Lei de Execução Penal para reforçar a proteção contra reiteração de ameaças de agressores presos/condenados; altera a Lei de Tortura para tipificar como tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico/mental no contexto doméstico. (Aprovado em 15/04/2026 - À Sanção) .
- **PL Complementar 55/2026 (Poder Executivo):** Isenção de ISS para a organização e realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027. (Aprovado em 15/04/2026 - No Senado).
- **PL 1315/2026 (Poder Executivo):** Medidas gerais sobre a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 no Brasil e concessão de prêmio às jogadoras da seleção brasileira do torneio de 1988. (Aprovado em 28/04/2026 - No Senado).
- **PL 3158/2025 (Dep. Laura Carneiro):** Torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia. (Aprovado em 29/04/2026 - No Senado) .
- **PL 3984/2025 (Dep. Delegada Katarina):** Institui a Lei da Dignidade Sexual e promove alterações estruturais no Código Penal, ECA, Código Civil e Lei de Crimes Hediondos. (Aprovado em 06/05/2026 - No Senado) .
- **PL 4295/2025 (Dep. Laura Carneiro):** Altera o Código Penal Militar para aumentar a pena de estupro de vulnerável se resultar em lesão grave. (Aprovado em 12/05/2026 - No Senado) .
- **PL 1054/2019 (Senado - Confúcio Moura):** Regula a realização de testes de aptidão física (TAF) por candidatas gestantes ou puérperas em concursos públicos da União. (Aprovado em 12/05/2026 - No Senado) .

4. Projetos Prioritários Aprovados na CCJC

Projetos de grande relevância que avançaram especificamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

1. **PL 3524/2025 (Dep. Laura Carneiro):** Obriga o agressor condenado a pagar pensão para o custeio de atendimento psicológico e psicossocial à vítima e seus filhos. (Aprovado em 29/04/2026 - Aguarda redação final) .
2. **PL 5880/2023 (Dep. Duda Ramos):** Prioridade imediata na emissão de novos documentos para vítimas de violência que tiveram documentos retidos, subtraídos ou destruídos pelo agressor. (Aprovado em 05/05/2026 - No Senado) .
3. **PL 611/2025 (Dep. Delegada Adriana Accorsi):** Dispensa de multa por rescisão antecipada de aluguel para mulheres sob violência ou ameaça. (Aprovado em 05/05/2026 - No Senado) .
4. **PL 4124/2024 (Dep. Laura Carneiro):** Assegura prioridade no ECA para gestantes e lactantes receberem insumos de proteção contra epidemias ou agravos à saúde. (Aprovado em 05/05/2026 - No Senado) .

5. **PL 5609/2019 (Senado):** Determina que as medidas protetivas da Lei Maria da Penha têm natureza de título executivo judicial e dispensam ação principal. (Aprovado em março/2026 - Aguarda sanção) .
6. **PL 3257/2019 (Senado):** Inclui o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher como causa para o afastamento imediato do agressor. (Aprovado em março/2026 - Aguarda sanção) .
7. **PL 1608/2024 (Dep. Laura Carneiro):** Garante à mulher sob violência o direito de reaver valores de conta conjunta necessários para acomodação segura. (Aprovado em 28/04/2026 - No Senado) .
8. **PL 10021/2018 (Senado):** Fixa prazo para concessão do salário-maternidade direto pela Previdência Social. (Aguarda sanção) .
9. **PL 1827/2019 (Dep. Célio Studart):** Dispõe sobre o piso salarial do assistente social. (Aprovado em 14/04/2026 - Aguarda redação final) .
10. **PL 2448/2022 (Dep. Sâmia Bomfim):** Altera o Estatuto do Torcedor para proteger vítimas de assédio e importunação sexual em estádios. (Aprovado em 11/03/2026 - Aguarda redação final) .
11. **PL 583/2021 (Dep. Renata Abreu):** Assegura atendimento prioritário, humanizado e digno por polícias, MP e Defensoria às vítimas de violência sexual. (Aprovado em 11/03/2026 - Aguarda redação final) .
- **Proposta de Emenda à Constituição (PEC 383/2017):** Garante recursos mínimos permanentes para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (Aprovada em 28/04/2026 - No Senado) .

5. Iniciativas Institucionais e comissões estruturantes

O balanço ressalta ações internas cruciais da Câmara para debater e acolher a pauta de gênero:

- **Comissão Geral sobre Femicídio:** Debate em plenário com especialistas e autoridades buscando soluções contra a violência.
- **Inauguração da Sala Lilás:** Espaço criado na Câmara para oferecer atendimento, escuta qualificada e fomento de uma cultura de proteção institucional à mulher.
- **Grupo de Trabalho (GT) sobre Misoginia:** Instalado em 05/05/2026 para debater o **PL 896/2023** (do Senado), que visa criminalizar o ódio e a aversão às mulheres, equiparando-o ao racismo, avaliando desafios jurídicos no ambiente físico e digital.
- **Comissão Externa sobre os Femicídios no Rio Grande do Sul (CEXRSFEM):** Relatada pela Deputada Maria do Rosário, foi criada após 11 casos de feminicídios (que geraram 13 mortes) na Páscoa de 2025. Após 57 atividades, o relatório final expôs **graves falhas do Estado gaúcho**, tais como:
 - Rede de atendimento fragmentada e concentrada;
 - Delegacias Especializadas (DEAMs) presentes em apenas 22 municípios;
 - Apenas 6% dos agressores com Medidas Protetivas de Urgência utilizavam tornozeleira eletrônica;
 - Escassez orçamentária, de pessoal e ausência de um protocolo de proteção estadual unificado.
 - Conclusão: Os feminicídios no estado eram **mortes evitáveis**.

6. Perspectivas Futuras (Novas Demandas em Pauta - Anexo VI)

O relatório encerra listando projetos estruturantes e inovadores que estão na ordem do dia para debate e deliberação futuros na Casa:

- **Projeto de Lei Complementar nº 41/2026:** Instituição do Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e destinação prioritária de recursos ao combate ao feminicídio.
- **Projeto de Lei nº 805/2026:** Enfrentamento à violência digital de gênero com base na Lei Modelo Interamericana da OEA.
- **Projeto de Lei nº 6.194/2025 (Dep. Ana Pimentel):** Estabelece diretrizes e regras rígidas para combater o ódio contra mulheres na internet.